

Práticas curriculares docentes em tempos de pandemia – repensar o retorno ao “novo normal”

Resumo: Este artigo, tendo como foco práticas curriculares docentes em tempos de pandemia, dá conta de um estudo que teve como pergunta de partida: como percebem os(as) professores(as), no cenário curricular, o retorno às aulas presenciais? Do ponto de vista empírico, recorre-se a narrativas de professores da educação básica que atuaram durante o isolamento social, considerando suas experiências enquanto atores e atrizes curriculares com uso de poder de agência. Essas narrativas são dialogadas com a obra *A cruel pedagogia do vírus* (Santos, 2020), assim como com conceitos que têm marcado o campo dos estudos curriculares e apoiam a configuração de um horizonte no retorno às aulas presenciais, no que interessa às recontextualizações das práticas docentes enquanto decisores curriculares. Nesse sentido, algumas reflexões foram interconectadas à obra citada, abrindo caminhos para percepções outras dos desafios que a pandemia da covid-19 causou na educação brasileira e de como um horizonte de desafios continuam abertos para a prática docente no chamado “novo normal”.

Palavras-chave: currículo; pandemia; agência e decisão curricular.

Laila Sampaio Lima

Universidade do Estado da Bahia
- UNEB

laila.sampaio86@gmail.com

Carlinda Leite

Universidade do Porto - UP
carlinda@fpce.up.pt

Teaching curricular practices in times of pandemic - rethinking the return to the “new normal”

Abstract: This article, focusing on teaching curricular practices in times of pandemic, reports on a study that had as its starting question: how do teachers perceive, in the curricular scenario, the return to face-to-face classes? From an empirical point of view, we use narratives from basic education teachers who worked during social isolation, considering their experiences as curriculum actors and actresses using agency power. These narratives are in dialogue with the work *A cruel pedagogia do vírus* (Santos, 2020), as well as with concepts that have marked the field of curricular studies and support the configuration of a horizon in the return to face-to-face classes, with regard to the recontextualization of practices teachers as curricular decision-makers. In this sense, some reflections were interconnected to the aforementioned work, opening the way for other perceptions of the challenges that the covid-19 pandemic caused in Brazilian education and how a horizon of challenges remains open for teaching practice in the so-called “new normal”.

Keywords: curriculum; pandemic; agency and curricular decision.

Prácticas curriculares docentes en tiempos de pandemia - repensando el regreso a la “nueva normalidad”

Resumen: Este artículo, centrado en las prácticas curriculares docentes en tiempos de pandemia, da cuenta de un estudio que tuvo como pregunta de partida: ¿cómo perciben los docentes, en el escenario curricular, el regreso a clases presenciales? Desde un punto de vista empírico, utilizamos narrativas de docentes de educación básica que trabajaron durante el aislamiento social, considerando sus experiencias como actores y actrices curriculares utilizando

el poder de agencia. Estas narrativas dialogan con la obra *Una cruel pedagogía do virus* (Santos, 2020), así como con conceptos que han marcado el campo de los estudios curriculares y sustentan la configuración de un horizonte en el regreso a clases presenciales, en lo que respecta a la recontextualización de las prácticas docentes como decisores curriculares. En este sentido, algunas reflexiones se interconectaron con el trabajo antes mencionado, abriendo camino para otras percepciones sobre los desafíos que la pandemia del covid-19 provocó en la educación brasileña y cómo un horizonte de desafíos permanece abierto para la práctica docente en la llamada “nueva normal”.

Palabras clave: currículo; pandemia; decisión de agencia y currículo.

Introdução

A crise sanitária do novo coronavírus – covid-19 – apresentou um contexto de situações que obrigou a repensar práticas e modos de viver distintos. Mudanças profundas foram potencializadas a partir de uma necessidade urgente de isolamento social para combater um vírus desconhecido, altamente transmissível e letal. Nessa situação, nos tornamos espectadores, mas ao mesmo tempo atores, de um momento em que dois pontos essenciais dependiam – e dependem – das nossas ações para o controle do cenário pandêmico: práticas sanitárias e de isolamento social atreladas a uma espera ansiosa pela descoberta de uma vacina.

Nesse contexto, por recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades de muitos países foi uma das primeiras ações. No Brasil, essa fase coincidiu com o início do ano letivo escolar de 2020; em outros países, com o período de aproximação ao fim do ano escolar. No entanto, em todos eles, as incertezas sobre o que estava por vir, a urgência em preservar vidas e a insegurança sobre como esse novo contexto se revelava para professores(as) e estudantes mobilizou debates e principalmente questionamentos de que são exemplo: como garantir as atividades pedagógicas no momento da pandemia? Por quanto tempo as escolas ficarão fechadas? Como garantir a qualidade e o cumprimento do currículo? Como promover aprendizagens dos alunos? Como envolver alunos e famílias nesse “novo normal” na educação? Deslocados para o mundo digital e desafiados em promover, de alguma maneira, aulas e projetos através das telas de computador na rede mundial, professores e professoras foram convocados(as) a se reinventar do ponto de vista profissional em um contexto de autoformação e recontextualização curricular urgentes.

Esse contexto reverberou a mudança das práticas curriculares docentes: a docência exercida de forma remota demandou tempo para encontrar soluções e para preparar essa nova forma ensino, principalmente, na antecipação de situações de urgência completamente distintas de quando as aulas ocorriam de forma presencial. Para além disso, imprevistos com instrumentos *on-line*, alunos invisíveis ou apresentados por “avatares” fragilizaram a comunicação e encaminhamentos que, pela própria situação, demandavam reestruturações que atendessem a contextos particulares (Monteiro; Leite, 2021). Houve a necessidade, então, de uma apropriação de movimentos outros dentro do campo subjetivo na reelaboração de práticas reestruturadas, capazes de atender as demandas do novo contexto social. Reconheceu-se, nesse caminho, que as práticas curriculares não são neutras e que, na sua adequação, usufruem da influência dos sujeitos (Macedo, 2015; Silva, 2004).

A experiência vivida mostrou que a prática curricular docente se concretizou não apenas por uma sistemática execução de tarefas previamente pensadas, mas, sim, pela sua organização em função das distintas situações e necessidades. Nesse sentido, exigiu autonomia e autoralidade profissional em ações docentes onde o(a) educador(a) se configurou como principal construtor(a) de suas ações, usando o seu poder de agência nas decisões curriculares (Priestley; Biesta; Robinson, 2013, 2015; Santos; Leite, 2020). De fato, muitas foram as situações em que os(as) professores(as), perante os problemas que iam encontrando, tiveram de decidir não em função do que lhes é prescrito ou do que constitui apenas uma rotina, mas sim em função do que consideravam mais adequado para a situação vivida. Por isso, a vivência das contingências a que a pandemia obrigou também trouxe aprendizagens que podem ser mobilizadas na contínua procura de melhorias e que exige que os professores atuem como agentes configuradores do currículo que é vivido.

Como se infere, nesse cenário, foi ocorrendo um processo de transformação no campo da educação que é importante ser considerado. A prática docente, no modo como é organizado e desenvolvido o currículo, sempre constituiu um desafio profissional, mesmo antes da pandemia. Vários estudos referem-se à importância dos professores nos processos de contextualização do currículo (Paliwal; Subramaniam, 2006; Leite; Fernandes; Figueiredo, 2018, 2019; Hartnell-Young; Vetere, 2008), concluindo que práticas que

recontextualizam o currículo prescrito aos contextos e realidades onde ele é desenvolvido oferecem aos alunos e alunas mais possibilidades de aprenderem e de estabelecerem relações com os seus cotidianos. Em tempos pandêmicos, os desafios com que se confrontaram os professores ampliaram-se fortemente, revelando essa vivência potencialmente construtiva para se refletir sobre os currículos escolares e seus processos de recontextualização no retorno às aulas presenciais. Em nosso entender, as práticas dos educadores atuantes no contexto da pandemia poderão constituir elementos direcionadores de propostas curriculares consistentes e dialogadas com essa nova realidade, considerando principalmente as ausências pedagógicas apontadas pelos docentes.

É a partir dessa perspectiva que este artigo dá conta de um estudo que recorre às narrativas de educadores brasileiros atuantes na educação básica, considerando suas experiências pedagógicas durante o período pandêmico. Do ponto de vista conceitual, e no que ao papel dos professores diz respeito, recorre-se a argumentos que os consideram atores e atrizes curriculares (Macedo, 2016) e decisores curriculares (Leite; Fernandes, 2010) no uso do seu poder de agência (Priestley; Biesta; Robinson, 2013, 2015; Santos; Leite, 2020).

De forma dialógica e dialética, consideramos, para o estudo realizado, as narrativas de docentes brasileiros atuantes na pandemia e suas interfaces com alguns conceitos da Teoria Etnoconstitutiva de Currículo (Macedo, 2016), com as teses que apontam, como já foi antes referido, para o poder de decisão e de agência dos professores, assim como a obra de Santos (2020), *A cruel pedagogia do vírus*, entre outras publicações que se debruçam sobre essa vivência pandêmica (Harvey *et al.*, 2020). Por outro lado, situamos a investigação nos estudos de grupos de pesquisa que investigam o campo do currículo, a saber: Grupo de Pesquisa em Currículo de Formação da Universidade Federal da Bahia – Brasil (FORMAC-CE) e do Grupo de Pesquisa em Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias Educativas (CAFTe), do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), da Universidade do Porto – Portugal.

O livro *A cruel pedagogia do vírus*, de Boaventura Sousa Santos (2020), que apresenta análises críticas muito diretas à pandemia e seus impactos sociais, constitui uma boa inspiração para possíveis “lições”, seja sob a ordem de discursos ou de ideologias. Ao mesmo tempo, apresenta um debate profundo sobre uma série de questões

de cunho ambiental, político, cultural e social, desvelando e apontando para o que o coronavírus esteve a nos ensinar: “uma série de lições que, ou aprendemos para nos tornarmos seres menos danosos à vida na Terra, ou sucumbiremos mediante nossas más escolhas” (Coelho; Franz, 2020, p. 104). Nesse sentido, a obra nos faz pensar o momento, projetando um futuro no qual estaremos imersos em nossa existência, principalmente nos debates a respeito de qual educação vislumbramos para uma sociedade pós-pandêmica mais justa e democrática, capaz de cumprir o princípio da justiça social (Connell, 1999; Ponce, 2016; Leite; Sampaio, 2020; Sampaio; Leite, 2017).

A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo (TEEC): um currículo pós-pandêmico a partir da experiência docente no uso do poder de agência

Autonomia, liberdade, ética, responsabilidade e ação pedagógica contextualizada são alguns termos e conceitos que podem nortear nossa compreensão a respeito da Teoria Etnoconstitutiva de Currículo (TEEC). Concebida a partir das experiências e experimentações que o grupo de pesquisa FORMACCE, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vem desenvolvendo através de atividades investigativas de ensino e extensão, a TEEC problematiza temáticas a partir de um olhar intercítico, reconhecendo o currículo como espaço implicado e implicante, ontológico, representacional e perspectival, contextualizado a partir de realidades culturais e identitárias, não apenas “para”, mas substancialmente “com o outro”. Essa “teoria-ação e sistema curricular formacional”, conforme fora denominada, apoia a tese que afirma que “teoria, em realidade, é uma forma de prática, uma prática discursiva tensionada por práticas outras [...] numa tensão criativa em relação aos seus objetos de análise” (Macedo, 2016, p. 3). Nesse sentido, a TEEC compreende uma perspectiva teórica curricular via etnométodos, onde os interesses localizados sejam privilegiados a partir de experiências culturais concretas e inclusivas, além de assumir de pronto um compromisso etnometodológico no pensar e fazer currículo quando reconhece

[...] atores de segmentos sociais como teóricos legítimos das suas realidades, porque portam capacidades de descritibilidade, inteligibilidade, reflexibilidade, analisibilidade e sistematibilidade de

suas experiências ... produzem pontos de vista, opiniões, definições de situações, sistematizações e legitimizações simbólicas sobre a vida e o mundo, isto é, são criadores de etnomédodos e com eles instituem realidades (Macedo, 2016, p. 33).

O caráter humanístico dessa teoria torna-se centro de debates curriculares, indo ao encontro daqueles que, interessados no fazer/refletir/atuar com o currículo, se debruçam sobre ações e práticas pedagógicas contextualizadas em seus *espaços-tempos*. Nesse sentido, conceitos como “atores e atrizes curriculantes”, “atos de currículo” e “instituintes culturais de currículo” são alguns dos focos que alimentam debates conceituais apresentados pela TEEC e que nos inspiram para a investigação aqui apresentada, no sentido de problematizar o foco a que este estudo se reporta: a experiência docente atuante no período de pandemia enquanto propositora de currículos.

Consideramos o(a) professor(a) um(a) *ator/atriz curricular*, ou seja, um(a) protagonista no cenário pedagógico em pensar, propor e fazer *atos de currículo*, conceito que perpassa por uma concepção multirreferencializada que envolve não apenas as relações epistemológicas e teóricas sobre currículo e suas práticas, mas, sobretudo, o horizonte crítico experimental de experiências e cotidianos. Essa particularidade, que considera necessidades e demandas socioeducacionais concretas, rompe com as bases tradicionais curriculares em direção ao desconhecido, ao imprevisto e ao acontecimento, apresentando desafios para uma formação perspectival e cultural. Essa liberdade de cunho generativo possibilita a inserção de pautas, saberes e valores silenciados propositalmente, comprometidos com o acolhimento de emergências socioeducacionais. É nesse sentido que reconhecemos a importância dos professores, no uso do seu poder de agência, atuarem como atores e atrizes curriculantes, isto é, como decisores dos processos que configuram e concretizam o currículo vivido. Por outro lado, ao fazê-lo, os professores estão a reconhecer que o currículo, não sendo neutro, precisa ganhar significado nas situações e para os alunos reais.

É também no quadro dessas ideias que entendemos que, na educação, a figura desse profissional, agente de decisão curricular, é fulcral para avançarmos na direção de um currículo inclusivo, muito distante de modelos fechados que ignoram e silenciam as emergentes demandas, sobretudo as culturais. Posicionamo-nos na

direção de um currículo que obedeça ao princípio de inclusão e que recorra a práticas curriculares que têm em conta todos os(as) alunos(as) e que, por isso, respeita e atende todos os tipos de necessidades (Leite; Fernandes, 2007; Rapoli, 2010). Por outro lado, consideramos que é no quadro das características antes referidas que os docentes se apoiam nas suas experiências formativas e autoformativas de ensino e aprendizagem, que os autorizam a se posicionarem sobre como percebem propostas curriculares, suas dificuldades, limitações e de que forma podem inferir/interferir nesses contextos.

Em síntese, é nesse raciocínio que defendemos que os(as) professores(as) “têm uma ação importante, senão na definição do currículo, pelo menos ao nível da sua recontextualização e nas condições que criam para a construção dos seus significados” (Leite, 2002, p. 86). Como se infere, na perspectiva em que nos situamos, a atuação docente torna-se fundamental para pensarmos processos de recontextualização curricular. Por isso, consideramos que suas demandas e experiências vividas e apresentadas durante a pandemia da covid-19 tornaram-se instituintes curriculares para uma perspectiva futura.

No entanto, não é suficiente a constatação dessas necessidades sem uma chamada coletiva e individual do trabalho curricular/pedagógico. Faz-se necessário uma abertura do trabalho docente para uma ação decisiva curricular no uso do “poder de agência” (Priestley; Biesta; Robinson, 2013, 2015; Santos; Leite, 2020), isto é, no uso da capacidade dos professores para, a partir do conhecimento e da reflexão sobre as situações que por eles são vividas, fazerem as escolhas mais adequadas a uma educação de qualidade e de inclusão.

O conceito do “poder de agência”, na perspectiva em que a ele recorreremos, pressupõe que os professores, envolvidos interativamente nos problemas e demandas de seus contextos escolares, e com um engajamento social que tenha como orientação uma educação inclusiva, tome decisões que contribuam para que todos os alunos se sintam reconhecidos e tenham boas oportunidades de aprendizagens. É nesse sentido que consideramos que o uso, pelos professores, do seu poder de agência e de decisão curricular, tendo como referência os pontos de partida dos alunos, projeta as suas intervenções em direção a um futuro distinto da situação presente e que se deseja melhor e mais inclusivo.

Procedimentos metodológicos – a entrevista narrativa

Na investigação de que este artigo dá conta, tomamos a entrevista narrativa como dispositivo metodológico. Além disso, encontramos seu aporte filosófico na fenomenologia, quando se pretende desvelar construtos que envolvem principalmente experiências humanas e suas subjetividades, afinal “O objetivo dessa abordagem é apreender o que o entrevistado identifica como um fragmento importante dentro de sua própria história” (Passos, 2019, p. 39). Tendo por referência a pergunta de pesquisa “Como percebem os(as) professores(as), no cenário curricular, o retorno às aulas presenciais?”, o estudo, do ponto de vista metodológico, recorreu a suas narrativas de atuação durante o isolamento social. Consideramos os depoimentos dos docentes entrevistados objetos para este estudo, pois,

Tais narrativas tornam-se, assim, instrumentos produtivos para compreender, em alguma medida, as vidas humanas e seus condicionantes culturais e sociais, não pela compreensão mesma do outro, mas pela via de interpretação permitida à pesquisa a partir de seus próprios condicionantes (Andrade, 2012, p. 182).

Para isso, entrevistamos dez docentes da educação básica da rede pública de ensino do estado da Bahia, que atuaram pedagogicamente durante a pandemia do novo coronavírus, entre os meses de abril e maio de 2021. Interessava-nos extrair das narrativas elementos vividos pelos docentes que indicassem um cenário curricular no retorno a aulas presenciais. Para tanto, três perguntas foram elaboradas no sentido de ampliar a construção dos dados, a saber: a) Quais os maiores desafios que encontrou no exercício da docência no período pandêmico?; b) Como está desenvolvendo suas atividades docentes e que práticas pedagógicas teve que incorporar durante o período pandêmico?; e c) A partir da experiência docente durante a pandemia, como vislumbra o currículo escolar para o período pós-pandêmico? Do grupo de dez professores(as) entrevistados(as), quatro se declaram do gênero masculino e seis do gênero feminino. Todos atuam na rede pública de ensino fundamental e médio, possuem aproximadamente 12 anos de profissão e idades entre 34 e 49 anos.

Conforme orientação sanitária e obedecendo as normas de isolamento social, as entrevistas foram realizadas remotamente, via internet, e as respostas foram gravadas e posteriormente

transcritas. Seguindo as orientações éticas sobre procedimentos empíricos com seres humanos, as identidades dos professores estão submetidas ao sigilo, tendo os seus depoimentos sido anonimizados. Foram também anonimizadas as escolas onde atuam esses(as) profissionais. O uso das narrativas foi autorizado, para fins de investigação, através de um consentimento informado.

A seleção de categorias para uma proposta curricular emergiu de três temáticas mais repetidamente evocadas pelos(as) docentes, tendo em conta as que estavam – ou não – diretamente alinhadas a ideias expostas quer na obra de Santos (2020), *A cruel pedagogia do vírus*, quer nos conceitos que constituem a grelha teórica do estudo e que foram anteriormente referidos. As narrativas foram analisadas a partir dos discursos dos professores (Orlandi, 2012) sobre os desafios de como empreenderam a docência durante o isolamento social e como, a partir dessa realidade, vislumbram a recontextualização curricular pós-pandemia.

Experiências e lições para um cenário curricular pós-pandemia

Os três temas mais evocados e mais relevantes, segundo os educadores entrevistados foram: alunos em situação de vulnerabilidade, formação tecnológica docente e preservação da vida. As narrativas que correspondem a estes três temas são dialogadas com trechos de *A cruel pedagogia do vírus*, projetando um cenário curricular para o retorno das aulas presenciais, que articulamos com o quadro teórico apresentado e que também apoiou a grelha analítica. Por outro lado, dessas dez narrativas, apresentamos apenas alguns dos discursos enunciados, cuja seleção, feita para evitar repetições, obedeceu a uma escolha das que traduzem, de modo mais amplo, os pontos de vista por outros narradores enunciados.

Alunos em situação de vulnerabilidade

Sobre o tema “alunos em situação de vulnerabilidade”, a Professora A, 38 anos, nos relatou que,

O maior desafio foi com os alunos mais pobres...os da periferia, da zona rural. Como alcançá-los? A gente grava as aulas..como eles poderiam assistir? Como acompanhar as atividades? Eles não têm

banda larga, computador... não têm! Sem conexão, sem computador, sem água encanada... Como se proteger ficando em casa? A maioria dos meus alunos trabalham para ajudar as mães. O governo está oferecendo cesta básica... mas isso não é suficiente (Professora A, 38 anos, em 30/05/2021).

O relato da Professora A revela a desigualdade social que sempre existiu no Brasil e em países periféricos. Desse modo, a pandemia do novo coronavírus apenas confirmou a exclusão de alunos e alunas que tiveram negadas as oportunidades de continuarem seus estudos remotamente. Comprometidos com o sustento financeiro de suas famílias, muitos continuaram a trabalhar expostos ao vírus, o que colocou a escola para segundo ou quem sabe para terceiro plano. Essa realidade de exclusão digital – e social – confrontou o trabalho docente que fragilizou ainda mais a rede de educação já há tempos sucateada. Essa situação, como se depreende, está em linha com o que afirma Boaventura de Sousa Santos:

O que significará a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise económica? [...] A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fracção da população mundial (Santos, 2020, p.16-17).

Esse autor chama a atenção para a crise estabelecida no período pandêmico e os impactos para a classe trabalhadora mais pobre, que é a maioria no Brasil. A desigualdade social e a falta de recursos refletem-se diretamente no trabalho da escola e de professores(as) desde sempre, afinal sabemos que a educação não se faz sozinha e, portanto, as demandas sociais impactam diretamente nos trabalhos pedagógicos, assim como nos resultados esperados. Entretanto, a exclusão digital e a vulnerabilidade financeira apresentaram-se como alguns dos principais desafios para esses docentes que têm como público, alunos e alunas inseridos(as) nessa injusta realidade. Ainda que algumas medidas estatais tenham sido tomadas para auxiliar esses alunos – como, por exemplo, doações de cestas básicas para aqueles que mantivessem as matrículas nas escolas – a tentativa de assegurar o vínculo institucional através de uma “segurança

alimentar” não garantiu a efetiva participação dos discentes nas atividades pedagógicas.

Apesar dessa investigação ter sido feita no estado da Bahia, essa realidade parece atingir demais regiões no Brasil. Em reportagem publicada no site do jornal *O Globo* em 09/11/2020, o jornalista Bruno Alfano, a partir de uma pesquisa do instituto DataFavela, em parceria com o Instituto de Pesquisa Locomotiva e com a Central Única das Favelas, revelou que a maioria dos alunos que moram em favelas no país ficou sem estudar na pandemia, representando cerca de 55%. A pesquisa realizada por esse jornalista revelou ainda que os moradores tinham medo do abandono escolar e estavam inseguros com o possível retorno presencial das aulas.

A formação em contextos digitais

A formação em contextos digitais também foi um discurso muito presente nas narrativas dos docentes: todos(as) os(as) professores(as) entrevistados(as) disseram possuir acesso a banda larga de internet e dispositivos tecnológicos. Entretanto, questionamentos sobre como desenvolver aulas em estilo *on-line* que efetivassem planejamentos de aulas e garantissem pedagogicamente ações de ensino e aprendizagem os colocaram, segundo seus depoimentos, em espaço inseguro de autoformação. Foi narrado:

Fomos pegos de surpresa. Eu nunca dei aula pela internet. Nunca fiz isso. Tive que assistir muito tutorial do Youtube pra saber como operar o celular, gravar os vídeos e usar as plataformas... foi e é muito difícil, porque não tenho muita facilidade com esses aparelhos. Essa pandemia mostrou que precisamos saber estar conectados, não apenas estar conectados! Outra coisa foi adaptar a linguagem. Não falo nem dos instrumentos que a gente foi obrigado a aglutinar, mas a linguagem mesmo, que é diferente (Professor B, 44 anos, 15/05/2021).

Importante perceber nessa narrativa que o fator surpresa da pandemia deslocou os docentes para uma autoformação tecnológica emergencial. A necessidade de operar com recursos tecnológicos via internet ainda se caracteriza como um desafio para muitos(as) professores(as) em suas práticas. Apesar de ser presente na educação escolar já há algum tempo, e de ser crescente enquanto campo de estudos, desenvolver pedagogias virtuais apresentou-se

como um desconforto para os docentes, que acusaram não possuir formação e experiência no contexto virtual, acionando dessa forma uma postura tecnológica autodidata. Em um mundo cada vez mais socialmente conectado, docentes exerceram autoformação imediata para, dentro de seus contextos, aprenderem a trabalhar com práticas pedagógicas virtuais. Essa realidade reverbera a fragilidade na formação de educadores(as), no que diz respeito ao uso de recursos tecnológicos, o que nos faz problematizar os currículos das licenciaturas, assim como a formação docente continuada.

A preservação da vida

A preservação da vida, o cuidado e a responsabilidade com a natureza, com o outro e com a coletividade social foi outro discurso presente nas narrativas dos(as) entrevistados(as). O medo diante do vírus desconhecido, a insegurança do futuro e o isolamento social fizeram com que os professores(as) repensassem suas ações pessoais e profissionais, valorizando seu estado emocional, as relações com os alunos, colegas de profissão e com a escola. Foi dito:

Sinto falta até do que não gostava da escola [risos]. O presencial é muito melhor... Nós nunca ficamos tanto tempo longe uns dos outros. Essa fase vai passar, já está passando... Eu sou professor e quero deixar um mundo melhor para as futuras gerações, que são os meus alunos... em relação a tudo: aprendizagem, respeito pelas pessoas, pelo planeta, pela vida. Vamos retornar as aulas e temos que animar nossos alunos, mas precisaremos de mudanças nas escolas, precisamos da ajuda de todo mundo e o currículo precisa acompanhar tudo isso. Toda ajuda é bem-vinda. Como vamos receber nossos meninos? O vírus nos ensinou isso (Professor C, 39 anos, em 30/05/2021).

Os impactos emocionais que a pandemia causou – e causa – nas pessoas já estão sendo observados. Seus reflexos podem ser vislumbrados nos depoimentos dos(as) professores(as) que, para além de serem profissionais da educação, são também seres humanos, mães, pais, filhos, netos... e sinalizam momentos tristeza, solidão, embora também de coragem e resiliência. Os depoimentos apontaram atravessamentos no que diz respeito à valorização da vida humana, do contato presencial, das experiências de trabalho docente e da preservação do planeta, pois, como afirma Boaventura de Sousa Santos:

A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI (Santos, 2020 p. 29).

Os discursos apresentados sugerem como a realidade dos(as) professores(as), atuantes durante a fase de pandemia, está atravessada por questões que envolvem a impossibilidade de acesso a aulas virtuais por alunos e alunas, ao mesmo tempo em que os obrigou a processos de formação tecnológica docente e desencadeou situações de ordem social e emocional. Inferimos que essas experiências sejam pontos de debate para uma recontextualização curricular, considerando o poder de agência desses profissionais que vivenciaram a prática pedagógica durante o isolamento social. Essas contribuições, segundo a Professora D, apontam para um currículo híbrido, que agregue as demandas sociais e virtuais das comunidades escolares, conectadas em redes de apoio para processos de ensino e aprendizagem no retorno presencial das aulas, nomeadamente quando afirma:

Eu vislumbro hibridez no currículo. Vamos ter que reelaborar... Não somos mais os mesmos e nunca mais seremos. Precisaremos da ajuda, do governo, da sociedade... Animar o espírito dos alunos para retornar, ouvir os colegas e a comunidade... [pausa] Os professores devem abrir debates sobre o que ocorreu, o que aprendemos e como vamos enfrentar o pós-pandêmico. Precisamos garantir o retorno seguro, preferencialmente com uma vacina para todos, porque não é somente garantir o virtual. O virtual já estava chegando bem devagar e a pandemia só acelerou o processo, não só na educação, mas em todos os setores. Precisamos rever muita coisa, tudo tem que ser respeitado, inclusive as fases de cada aluno. O presencial deve existir, mas a escola, agora, transcende seus muros. Era algo que já vinha conversando com um professor amigo meu, as próximas escolas não terão muros, terão redes (Professora D, 41 anos, 25/05/2021).

Considerando as narrativas apresentadas, de fato, a recontextualização curricular será necessária: rotinas e operações escolares deverão passar por reavaliações que indicarão novos processos de como agir. Nesse sentido, professores(as) devem ser convocados(as) para esse exercício para que, partindo das experiências vividas e

usando o seu poder de agência, atuem enquanto decisores curriculares. Consideramos essa ação importante, pois agrega as realidades de antes e durante o isolamento social, indicando propostas pautadas na conjugação desses *espaços-tempos*. Trata-se de uma prática dialógica fundamental para compreendermos melhor como seremos e estaremos no retorno das aulas presenciais.

Considerações Finais

A importância da participação de professores para um cenário curricular pós-pandêmico se justifica para organizar um futuro capaz de atender às situações diversas dos alunos(as) que habitam os espaços escolares, garantindo a todos condições de vivências de um currículo promotor da justiça curricular e social (Connell, 1999; Macedo, 2016; Ponce, 2016; Leite; Sampaio, 2020; Sampaio; Leite, 2017). As realidades expostas pelos(as) docentes, que tiveram voz neste estudo sobre o modo como usaram os seus poderes de agência (Priestley; Biesta; Robinson, 2013, 2015; Santos; Leite, 2020) nas suas autonomias pedagógicas, são fundamentais para vislumbrarmos um cenário futuro capaz de cumprir esse princípio de uma educação que atende a todos a quem ele se destina.

Nesse futuro de retorno “à nova normalidade” das aulas presenciais, esperou-se que escolas, universidades e demais espaços de formação usassem e continuem usando positivamente as experiências que a pandemia fez viver para reconhecerem a importância que têm os processos de recontextualização curricular (Leite; Fernandes; Figueiredo, 2019) e de decisão na adequação às situações reais.

No que diz respeito à pergunta norteadora deste estudo “Como percebem os(as) professores(as), no cenário curricular, o retorno às aulas presenciais?” compreendemos que, do ponto de vista das práticas curriculares, os professores(as) entrevistados(as) foram inseridos em realidades de inovação e reelaboração nas práticas que já faziam uso em salas de aula presenciais. Esse movimento transpôs suas ações pedagógicas para o espaço *on-line*, em reelaborações curriculares que demandavam conhecimentos tecnológicos, utilização de linguagens para espaços virtuais, organização de propostas contextualizadas com o cenário e antecipação de imprevistos e urgências da própria rotina remota. Por isso, e nesse sentido, consideramos que a situação de emergência a que os professores,

durante a pandemia, foram obrigados a responder permitiu reconhecer as possibilidades que decorrem quando se assumem como decisores. Foi nesse sentido que o estudo que este artigo apresenta buscou interfaces entre as narrativas dos docentes entrevistados, quer com as ideias apresentadas no livro *A cruel pedagogia do vírus*, de Boaventura Sousa Santos, quer com conceitos que têm vindo a constituir o campo dos estudos curriculares.

Nessas interfaces encontramos aproximações com as “lições” de Santos (2020), principalmente quando este nos indica que a pandemia deu visibilidade mundial às graves injustiças sociais e financeiras que países periféricos atravessam, negando a oportunidade de conexão à internet e, por consequência, a continuidade dos estudos por alunos e alunas, tal como foi revelado pelos(as) professores(as) que tiveram voz neste estudo. Encontramos também, e como foi expresso ao longo do artigo, várias aproximações a estudos curriculares que, reconhecendo que o currículo não é neutro na forma como seleciona e distribui o conhecimento, deve ter em consideração as situações e os alunos reais.

Vale a pena realçar ainda outra aproximação dialógica com a obra de Santos (2020), que se relaciona com: a preocupação dos docentes em relação à preservação da vida humana e da natureza; com a ideia de coletividade construída com ajuda de todas as áreas sociais; com a preocupação com os impactos emocionais vividos; e com a valorização das relações interpessoais. Nesse sentido, segundo as narrativas docentes, esses reflexos precisam ser sentidos nesse novo cenário curricular, indicando a superação no campo tradicional e conservador de muitos referenciais pautados na educação bancária e reprodutiva (Freire, 2005; Macedo, 2017).

No que diz respeito a formação tecnológica/virtual para docentes, apesar de *A cruel pedagogia do vírus* não tratar especificamente sobre esse tema, Santos (2020) aponta para a urgência da união de forças de diversos profissionais e seus segmentos sociais, sobretudo da educação, para atravessarmos esse período da melhor maneira, reduzindo consideravelmente os inevitáveis impactos negativos. Inferimos, pois, que o livro contempla, de forma implícita, a formação de profissionais da educação – mas não apenas estes – como elemento importante para os desafios que vieram no retorno das aulas presenciais.

Regressando à interface com os estudos curriculares, as narrativas do grupo de professores entrevistados indicam também

que o currículo não pode ser visto estaticamente. Pelo contrário: o isolamento social promoveu, segundo os depoimentos desses(as) professores(as), reflexões sobre formação, práticas pedagógicas e questões de desigualdade social, que fornecem elementos para se repensar uma reformulação curricular no retorno às aulas presenciais.

A relevância dos depoimentos reafirmou nossa orientação teórica e conceitual sobre o papel dos professores enquanto atores e atrizes curriculantes (Macedo, 2016) que, implicados nas demandas da docência durante e pós-isolamento social, atuam usando o seu poder de agência (Priestley; Biesta; Robinson, 2013, 2015; Santos; Leite, 2020). Conforme as narrativas indicam, é importante um cenário curricular pós-pandêmico que considere e problematize as graves desigualdades sociais e financeiras de alunos e alunas – principalmente no que diz respeito a exclusão digital –, a formação docente para práticas pedagógicas virtuais inclusivas e onde esteja presente o respeito a vida e o cuidado com o outro e com o planeta.

Referências

- ALFANO, B. Maioria dos alunos que moram em favelas no país ficou sem estudar na pandemia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/maioria-dos-alunos-que-moram-em-favelas-ficou-sem-estudar-na-pandemia-mostra-pesquisa-24734436>. Acesso: 9 nov. 2021.
- ANDRADE, S. dos S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). *Metodologias pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194.
- COELHO, G. B.; FRANZ, A. H. A cruel pedagogia do vírus. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 104-106, 2020.
- CONNELL, R. *Escuelas e justicia social*. Madrid: Morata, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HARTNELL-YOUNG, E.; VETERE, F. A means of personalizing learning: incorporating old and new literacies in the curriculum with mobile phones. *Curriculum Journal*, London, v. 19, n. 4, p. 283-292, 2008.
- HARVEY, D. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Teresina: Terra Sem Amos, 2020.
- LEITE, C. *O currículo e o multiculturalismo no Sistema Educativo Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LEITE, C.; FERNANDES, P. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: que possibilidades e que constrangimentos?. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 198-204, 2010.

LEITE, C.; FERNANDES, P. Desafios para um currículo escolar comprometido com a inclusão. *Educação: Temas e Problemas*, Porto, n. 3, p. 203-215, 2007.

LEITE, C.; FERNANDES, P.; FIGUEIREDO, C. National curriculum vs curricular contextualisation: teachers' perspectives. *Educational Studies*, Ames, v. 26, n. 3, p. 259-272, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03055698.2019.1570083>. Acesso em: 11 maio 2021.

LEITE, C.; FERNANDES, P.; FIGUEIREDO. Challenges of curricular contextualisation: Teachers' perspectives. *The Australian Educational Researcher*, v. 45, n. 3, Coldstream, 2018. Não paginado.

LEITE, C.; SAMPAIO, M. Autoavaliação e justiça social na avaliação das escolas em Portugal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146835>. Acesso em: 11 maio 2021.

MACEDO, E. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155700>. Acesso em: 23 maio 2021.

MACEDO, R. S. *A teoria Etnoconstitutiva de Currículo: teoria-ação e sistema curricular formacional*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2016.

MACEDO, R. S. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MONTEIRO, A.; LEITE, C. Digital literacies in higher education: skills, uses, opportunities and obstacles to digital transformation. *RED: Revista De Educación a Distancia*, v. 25, n. 65, p. 2-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/red.438721>. Acesso em: 30 maio 2021.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2012.

PALIWAL, R.; SUBRAMANIAM, C. Contextualising the Curriculum. *Contemporary Education Dialogue*, New Delhi, v. 4, n. 1, p. 25-51, 2006.

PASSOS, A. G. da S. *O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PONCE, B. J. P. O Tempo no Mundo Contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1141-1160, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000401141. Acesso em: 10 set. 2020.

PRIESTLEY, M.; BIESTA, G.; ROBINSON, S. Teacher Agency: what is it and why does it matter?. In: KNEYBER, R.; EVERS, J. (ed.). *Flip the System: changing education from the bottom up*. London: Routledge, 2015. p. 134-148.

PRIESTLEY, M.; BIESTA, G.; ROBINSON, S. Teachers as Agents of Change: teacher agency and emergigng models of curriculum. In: PRIESTLEY, M.; BIESTA, G. (ed.). *Reiventing the Curriculum: new trends in curriculum policy and practice*. London: Bloomsbury Academic, 2013. p. 187-206.

ROPOLI, E. A. *et al.* *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. (A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, v. 1).

SAMPAIO, M.; LEITE, C. From curricular justice to educational improvement: what is the role of schools' self-evaluation?. *Improving Schools*, London, v. 20, n. 1, p. 62-75, 2017.

SANTOS, A. C.; LEITE, C. Professor agente de decisão curricular: uma *scriptura* em Portugal. *Revista Internacional de Investigación en Educación*, Bogotá, v. 13, p. 1-21. 2020.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Submetido em: 29/03/2022
Aprovado em: 16/11/2023